

Questão 1)

A expansão ultramarina portuguesa tem seus princípios ainda no século XV, com o fim do processo de reconquista da Península Ibérica e o início de navegação e conquistas no litoral do continente africano (Costa) e ilhas do Atlântico, como a Ilha de Madeira. Esse processo também encontra sua gênese na fundação da famosa Escola de Sagres, no Algarve, de onde o conhecimento e inovação em termos de navegação marítima se irradiava.

A navegação costeira na África logo possibilitou o estabelecimento de contatos com lideranças e chefaturas intermediadas no comércio com os europeus, assim como em alianças militares. O estado de fragmentação política endêmica dos Estados africanos do litoral atlântico foi de extrema importância para o estabelecimento dos interesses portugueses no continente. Ainda no século XV, as ilhas de São Tomé e Príncipe já eram, assim como a Madeira, grandes laboratórios para a produção de especiarias que iriam à dominar o este brasileiro logo em seguida. Após as ilhas, foi a vez do continente. O antigo reino do Kongo, por exemplo, dominava boa parte do que hoje é a atual Angola. Na virada entre os séculos XV e XVI, seu líder político, o Maniango, já havia se convertido ao cristianismo português e se tornara vassalo de Lisboa, sob o título de Afonso I. Estas relações de vassalagem entre o monarca português e o líder local dos Bakongo teve de extrema importância para o estabelecimento de feitorias e depois cidade de São Salvador de Luanda, numa ilha a sudoeste de capital Moçambique.

O estabelecimento de feitorias e ocupação portuguesa no Américo só se efetivou realmente a partir de 1530-1535, com a nomeação de Martin Afonso de Sousa como governador do Estado do Brasil. Entre outras iniciativas, ele veio também estabelecer contatos com a população local de modo a estabelecer alianças antigas do comércio atlântico português, também em suas tarefas militares e ocupar o território de maneira efetiva, distribuindo as maiores riquezas que pudessem existir e defendendo territórios.

A época, os portugueses já haviam estabelecido suas feitorias responsáveis pelo comércio de especiarias asiáticas, em Goa, e, logo depois, em Macau. Um entreposto estável e pujante nas Américas seria de extrema importância para o crescimento de volume do comércio e a segurança das ~~rotas~~ rotas a caminho de Europa.

No Atlântico, logo se estabeleceu o comércio triangular, responsável por entregar os produtos coloniais (muito poucos metais, madeira e açúcar) para os mercados europeus, enquanto trouxe manufaturados da Europa para as conquistas e colônias, tanto na Ásia, como na África e América. Após a União Ibérica, no entanto, este comércio foi restringido aos empreendimentos do Império Espanhol, devido a suas disputas ultramarinas com os interesses comerciais ingleses. A tentativa de monopólio inaugurada pelos castelhanos em 1580 passou a ser a tônica da política colonial comercial do Império português mesmo após a Restauração em 1640. Não atoa, muitos historiadores, como Fernando Novais e Ernest Pijun, vêm ficando a importância que o contrabando ganhou nas dinâmicas comerciais atlânticas, e na acumulação de capital nas praças mercantis (Londres, Lisboa, mas também Rio de Janeiro e Recife) ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Com o incremento da produção de açúcar nas já capitânicas de Pernambuco e Bahia — posteriormente, Rio de Janeiro, no século XVIII —, o tráfico de escravos africanos passa a ser o grande motor do comércio atlântico português. Trabalhadores escravizados já vinham sendo empregados com este fim nas ilhas atlânticas desde o século XVI, assim como já denstam a sua condição de cativo em comunidades feitorias, como a comunidade dos rebeldes Angolares, da ilha de São Tomé. No entanto, a submissão de aldeias e feitorias interiores na costa africana aos interesses comerciais europeus, gerou grandes guerras (com a expulsão dos holandeses de Angola e a submissão do Reino Ndongo, no século XVII), cuja principal consequência era a produção de um número crescente de escravizados. Estes indivíduos eram trazidos para a América portuguesa nos

chamados "tumbeiros" - referência à alta mortalidade entre os africanos no trajeto atlântico como carga das navios negreiros - e, no Brasil, lutavam por manter ou recriar (controladas e locais de solidariedade) delacerados pelo tráfico de escravizados. Historiadores como Robert Stenes, têm chamado atenção para a grande capacidade de resistência destes indivíduos, criando famílias, trabalhando e lutando para seu próprio sustento, na esperança de autonomia e liberdade, mesmo que a rebelião, formando mocambos nos sertões, fosse o único e perigoso caminho para muitos.

No século XVIII, a esperança de autonomia para muitos escravos e pobres levou à rebelião e à promessa de riqueza rápida de mineração no sertão do capitão de São Paulo - depois Minas Gerais. A descoberta do metal em fins do século XVII, deu novo impulso à colonização portuguesa, abalando em 4 crise secular do açúcar no mercado atlântico (1650-1750). A lavoura pôde contar com o ouro para financiar o comércio ultramarino, e o incremento no influxo de escravos para a América foi consequente. A migração das populações litorâneas para o interior de colônias - já iniciada com a aração de gado, especialmente nas capitanias do norte - foi massiva, o que demandou mais braços africanos, drenados pela mineração. E justamente este "boom" de comércio e ouro que esteve por trás de revoltas como a guerra da sucessão em Pernambuco (1710-1711) e dos Embaixadores nas Minas (1707-1711).

Com a mineração, veio a centralização política no reino, a partir de D. João I e seu ministro ilustre, o Marquês de Pombal. A racionalização do comércio foi a tônica de seu ministério, criando as companhias de comércio do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco, que visavam a canalização apropriada do excedente colonial aos afus da Coroa. Além de uma série de medidas de reforma administrativa em Portugal. A pressão interna e externa foi grande, e Pombal caiu em 1777, sendo boa parte de suas reformas revogadas no reinado de D. Maria I. A pressão aristocrática foi grande no reino, assim como despertou sentimentos separatistas no Brasil, que explodiram ainda em fins do século XVIII, em Minas (Inconfidências) e Bahia (~~Batatas~~), em 1790 e 1793, respectivamente.

Questão 4

A História dos movimentos sociais rurais no Brasil republicano é um longo processo que tem seu início intimamente ligado ao contexto de pós-abolição e da estrutura fundiária criada pela Lei de Terras do Império, de 1850 — totalmente instrumentalizada pela elite agrária para a expropriação de posseiros, sítios e pequenas arrendatárias, como o trabalho de Márcia Motta mostrou. Uma massa de miseráveis desesperados já vagava pelos sertões do Brasil, quando o beato Antônio Cândido os reuniu no anauel de Camudos, na Bahia, em 1896. O caráter messiânico do movimento não escondia sua natureza social e política que contestava o destino miserável a que foram condenados os pobres dos sertões nordestinos, sem acesso à terra e subsistência. Também em Santa Catarina e no Paraná, nas terras "contatadas" pelos dois estados, um grande grupo de expropriados se reuniu ao beato José Maria para fazer frente ao avanço ilegal de madeireiras e companhias fundiárias sobre suas humildes posses. Após quase uma década de lutas e resistência para permanecer na terra, foram bombardeados pelo exército, em 1916. Estas e outras lutas são o pano de fundo dos movimentos sociais rurais no Brasil pós-Estado Novo.

O caráter messiânico da luta dos camponeses e trabalhadores rurais começou a ceder lugar à luta encabezada por ideias políticas chegado à Europa, via imigração de trabalhadores, iniciada ainda no século XIX, pelo projeto de colonato, em São Paulo, e em menor escala, no Rio de Janeiro e no sul do país. Com o crescimento urbano e a industrialização acelerada da capital paulista, o movimento sindical operário, de inspiração anarquista se organiza rapidamente, chegando a ser a primeira grande vitória frente o patronato na grande greve de 1917. Na mesma classe trabalhadora, o partido comunista brasileiro é fundado, em meio ao entusiasmo da Revolução Bolchevique de 1917, na Rússia. Mas entre sua fundação, em 1922, e sua chegada, no campo, na década de 1940, enfrentaram ainda a ditadura Vargas e muitos anos de ilegalidade e clandestinidade.

Com o retorno da ordem democrática, a partir do governo Dutra, em 1946, o PCB avança no seu trabalho de base no meio rural. A ideia, que viria da Terceira Internacional, de aliança operário-camponesa como instrumento de avanço da luta socialista nos países agrários deste movimento. Alguns historiadores, como Leonardo de Souza, têm sabido de como este trabalho teve que transpor grandes barreiras que separavam o homem do campo e a visão do mundo sindical operário urbano para avançar. Assim pequenos sindicatos rurais começaram a surgir, em especial no Nordeste, com a ajuda de importantes mediadores, como foi o advogado Francisco Julião — fundador e dirigente das Ligas Camponesas.

Segundo Manuel Leites de Andrade, apesar da influência do PCB nos movimentos camponeses desta época, ~~seus~~ seus gênes estão na constatação pelos próprios trabalhadores rurais, dos abusos e petições a que estavam submetidos pelas classes dominantes agrárias do Nordeste. Surgiram como uma espécie de auto-defesa do camponês contra a figura dos grandes usineiros do café, especialmente no caso da mata nordestina.

A partir de 1954, as Ligas de Francisco Julião começaram sua atuação oficialmente, como uma espécie de central sindical rural. O principal objetivo do movimento era assegurar e fortalecer o acesso à terra dos camponeses. Esta demanda nasce da própria trajetória desta classe, em sua luta histórica, primeiro como mercedários de engenho de açúcar, fazendas de café, e depois como trabalhadores assalariados nas usinas. A prática antiga de ceder terras aos trabalhadores para que garantissem seus sustento, devido aos débitos da usineira, acabava em insegurança e precariedade, quando não eram arrolados por dívida, para o trabalhador. A atuação política e jurídica de Julião tinha o sentido de garantir, no justice, a posse destas terras, impedindo o avanço indevido das usinas sobre terras camponesas fora de seus domínios, de posse dos trabalhadores pobres. A figura jurídica do usucapião ficou consagrada como instrumento de

de luta primordial das Ligas. O instrumento garante um título de posse em propriedade, mediante ação judicial, para o ocupante de uma determinada faixa de terras se este comprovasse posse "morse e pacífica", isto é, sem contestação por terceiros, por mais de 15 anos. Como muitas famílias camponesas já ocupavam parcelas ou grupos, muitas foram as ações ganhas pelo movimento, até sua extinção, em 1964, com o golpe civil-militar e a implantação do regime ditatorial.

Enquanto esperanças de reversão da situação recuam de instabilidade de dia para noite camponesa no Brasil, as Ligas inspiraram fortemente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), fundado em meio a ditadura, no decêdo de 1970. Inspirados pelo trabalho de base e pela luta prática (ocupações de terra improcedíveis) e jurídicas, o MST tem desde então formado uma legião de camponeses, com escolas de base e formação política e jurídica, com o apoio de diversos segmentos da sociedade civil organizada, em especial intelectuais brasileiros e internacionais de diversas áreas. Ainda que perseguido midiaticamente desde sua fundação, permanece como o maior movimento de massas do Brasil contemporâneo, com atuação nacional, carregando todo o legado da luta do homem do campo por sua dignidade e direito à subsistência.

Questão 3)

A temática dos movimentos sociais rurais sempre se firmou, na educação básica, de uma maneira de debate em sala de aula — vivida em momentos urbanos sempre através primária —, apesar de avanços recentes, com a renovação da última década nos quadros do magistério de país, e crescente investimento em Educação Superior, Pesquisa e Extensão.

Especialmente o período da chamada "República Populista" (1946-1964) é marcado pela ênfase, em sala de aula, na retomada do sindicalismo combativo, e no momento urbano pelas reformas de base. Muito se esquece que o golpe de março de 1964, que não parou por fim ao processo de luta democrática, promovendo enormes atentados aos direitos humanos no campo, com assassinatos em massa — cujas histórias se bem recentemente estão vindo à tona, no bojo das Comissões da Verdade. Palar a luta por acesso à terra foi um dos grandes objetivos dos golpistas, civis e militares, de 1964.

Assim sendo, pensando em temas de planos de aula, provavelmente o professor deveria chamar atenção dos alunos para importância do tema. Uma aula poderia servir para contextualizar a luta camponesa no período 1946-64, chamando atenção para o caráter das reformas sociais pretendidas por governo como o de Getúlio Vargas e João Goulart, que animavam o sindicalismo agrário e a expansão da luta social do meio urbano ao rural.

Segundo, apresentar o contexto internacional de Guerra Fria, e como a "Linha de Durão" contra os comunistas acabou por diminuir um movimento como as lutas camponesas, de maneira João e outros. Muito mais este que buscava não a abolição da propriedade privada liberal, mas sim a garantia dos direitos de propriedade de uma massa camponesa miserável, contra os abusos e crimes de grandes proprietários de terra.

Talvez pensar a produção artística possa ser interessante para despertar o interesse e mostrar o impacto na cultura destes movimentos aos alunos. Poderia ser projetado o filme, ou trechos selecionados,

"Cabra marcando para mim", de Silvio Tendler, encoraja a perceber o desfecho trágico que a ditadura trouxe para os movimentos sociais no campo.

Seria muito interessante apresentar alunos dos centros urbanos às temáticas do rural, de modo a não apenas apresentar-lhes uma realidade cultural e social diferente — pressuposto para o desenvolvimento de empatia —, também abordando a importância desta outra realidade em seu próprio cotidiano. Poucos são os que sabem que, em torno de 70% dos alimentos consumidos no país provêm da agricultura familiar de base camponesa, grande parte proveniente de ocupações e assentamentos de reforma agrária tocados pelo MST, grande perpetrador da luta das Ligas Camponesas contra a ditadura. Ao final destas aulas e da discussão sobre o filme, os alunos deveriam poder estabelecer algum paralelo positivo entre as lutas pela terra do passado e a realidade camponesa hoje — ainda minoritária em grande parte, ainda que garantidora de segurança alimentar do país.

Por último, uma abordagem mais prática poderia ser bastante interessante. De maneira interdisciplinar, com o envolvimento dos professores de história, geografia e ciências/biologia, poderiam ser organizadas visitas de campo a regiões de produção camponesa, onde as mudanças históricas da condição camponesa poderiam ser apreendidas.

Ao fim destas atividades, os alunos deveriam poder estabelecer comparações entre as realidades cotidianas do campo e da cidade. Com ajuda das aulas expositivas e textos introdutórios selecionados pelo professor, deveriam conseguir estabelecer estas comparações historicamente, identificando os padrões diferenciados das mudanças econômicas e sociais nos dois espaços.

Como tarefa de casa, para alguns de nível médio, poderia ser pedida uma pesquisa pela imprensa dos últimos anos acerca da imagem atual dos movimentos sociais no campo. As matérias trazidas poderiam ser confrontadas com o material produzido pela Pastoral dos Trabalhadores (maior observatório de conflitos agrícolas do país), além de apontar



possíveis divergências, contradições e incoerências, indagando por algumas das causas destas discrepâncias à luz do conteúdo e das atitudes das páginas descritas, suas relações com os diferentes momentos políticos vividos pelo país, etc.